

POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA
GESTÕES WALDIR PIRES E NILO COELHO.

1987 – 1991

(versão preliminar)

Marcos Roberto Martins dos Santos
Faculdade de Comunicação – UFBA

O estudo das políticas governamentais para a cultura, entre outras possíveis premissas, deve revelar uma observação para a análise de contextos sociais e momentos históricos ao qual estão vinculadas. É reservada igual relevância, à concepção de cultura dispensada pelo grupo gestor. O desafio para implementar estratégias de governo voltadas para o campo cultural, compreende também o gerenciamento de conflitos e a identificação das características da sociedade, cuja política cultural irá atuar.

Diante de tal percepção, o presente texto busca fazer uma análise de como foi desenvolvida a Política Cultural do Estado da Bahia durante os mandatos de Waldir Pires (1987-1989) e Nilo Coelho (1989 –1991). Esta fase é marcada como um dos curtos períodos de ruptura entre os governos ligados ao carlismo¹, nos últimos 30 ou 40 anos. De tal forma, o pleito de 1986 significou um momento de grandes expectativas. As oposições depositavam esperanças num governo de perfil ideológico diferente do anterior. Assim, almejavam mudanças significativas, inclusive no âmbito das políticas culturais.

Propostas de mudança, esperança para a Bahia.

As eleições de 1986 foram as primeiras realizadas de forma direta para governador após o Regime Militar (1964-1985)². A disputa para o executivo

¹ Denominação dada à corrente política que tem como líder o Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL).

² Ainda no período do regime militar, o processo denominado “Abertura Lenta e Gradual”, já havia garantido eleições diretas para governador. Na Bahia, venceu o candidato João do Durval Carneiro, tendo apoio de Antônio Carlos Magalhães que, por suas vez, representava os governos militares na Bahia.

tinha nos nomes de Waldir Pires (PMDB) e Josaphat Marinho (PFL) os dois candidatos de maior expressão política.

O Jurista e Professor Josaphat Marinho era o representante da “Aliança Democrática Progressista” (PFL, PDS e PTB). Josaphat houvera sido Senador da República³ e contava com apoio do governador João Durval (1982-1986) e de Antônio Carlos Magalhães (ACM), então Ministro das Comunicações. Liderança ligada ao Regime Militar na Bahia, ACM foi Prefeito de Salvador e duas vezes Governador Biônico⁴ do Estado.

Waldir Pires liderava a coligação “A Bahia Vai Mudar” (PMDB, PCB, PC do B e PSC, com apoio crítico do PT, PDT e PSB). Tradicional liderança política no estado⁵, Waldir representava a união das oposições. A aliança construída pelo candidato foi bastante ampla e teve Nilo Coelho como concorrente ao cargo de vice-governador. Ex-prefeito de Guanambi, no interior do estado, Nilo tinha rompido com o grupo político de ACM.

A campanha eleitoral de Waldir utilizava a “mudança” como lema. O candidato fazia um discurso pautado na realização de um governo democrático. Com esta perspectiva, publicou no dia 27 de julho de 1986, o manual intitulado “*Propostas de um Governo Democrático para Mudar a Bahia*”. No texto era apresentada a necessidade da mudança de governo e como o grupo liderado por Waldir Pires pretendia trabalhar nas diversas áreas administrativas.

No que se refere à área da cultura, o manual tecia duras críticas a maneira como o setor vinha sendo trabalhado pelo governo João Durval. Entre

³ Josaphat Marinho foi Senador pelo MDB, legenda que representava, dentro do bi-partidarismo do regime militar, a oposição ao governo. Com o fim do bi-partidarismo, Marinho filiou-se ao PSD, mas acabou migrando para o PFL quando os seus correligionários, não aceitaram o apoio de ACM para a sua candidatura ao governo.

⁴ São chamados de “Biônicos” os prefeitos e governadores que chegaram ao cargo por indicação do Regime Militar e não através voto direto.

⁵ Waldir Pires havia sido candidato ao governo da Bahia em 1962, quando perdeu as eleições para Lomanto Júnior. Depois, foi Consultor Geral da República, no governo de João Goulart, cargo do qual saíra para o exílio político com o gole de 1º de abril de 1964. Retornou ao Brasil após o processo de anistia no final dos anos 1970.

outras observações, o documento citava “nepotismo”⁶, “clientelismo”, “adoção de métodos autoritários e elitistas” e “falta de estímulos e apoio material aos produtores culturais”⁷. De tal maneira afirmando que “o menosprezo pela cultura baiana, de um modo geral, vai desde o abandono do centro histórico de Salvador a sítios históricos e ecológicos do interior, ao descaso com o Teatro Castor Alves, o Museu de Arte Moderna, a Concha Acústica⁸”, entre outros equipamentos citados.

O manual elevava a cultura ao nível de instâncias tradicionalmente consideradas de maior relevância para as administrações públicas. O texto diz que “além da educação e da saúde cumpre ao Governo estimular a cultura popular a partir da perspectiva de que uma sociedade como a nossa é eminentemente pluricultural”⁹. O documento aborda ainda, as “relações sociais entre as raças” e que cabe ao estado “tratar a cultura de uma visão abrangente, social e não apenas “artistizante” (...) respeitando cada homem como um produtor de cultura”¹⁰.

Tais encaminhamentos apontam para um entendimento de cultura num sentido antropológico, por parte das pessoas que estavam se propondo a governar a Bahia. Em texto publicado no jornal A Tarde, com relação às propostas da Coligação de Waldir Pires, o professor Adinoel Motta Maia, fez o seguinte comentário: “É tão amplo o espectro cultural que penetra praticamente em quase todas as atividades socioeconômicas e administrativas¹¹”. Entre as medidas descritas para realizar o trabalho proposto pelo candidato estão as seguintes ações:

- Descentralizar e regionalizar a ação do Estado;
- Estimular e apoiar a livre organização dos produtores culturais;

⁶ No governo João Durval a Fundação Cultural do Estado era presidida por Olívia Barradas, irmã de Yeda Barradas, esposa do governador.

⁷ Idem

⁸ PROPOSTA DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO PARA MUDAR A BAHIA. PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil, Salvador, p. 36 jul/1986.

⁹ Idem, p. 12

¹⁰ Idem, p. 37

¹¹ A TARDE, Salvador, caderno 2, p3, 30 nov. 1986

- Promover exposições, feiras de livros, salões de arte, jornadas cinematográficas e salões de arte;
- Integrar a política de cultura à educacional e a de turismo;
- Revitalizar os núcleos históricos do Estado, tendo como ponto de partida os problemas sociais das comunidades residentes¹².

As propostas apresentadas pela Coligação, o momento histórico/eleitoral e a carreira política de Waldir, entre outros fatores possíveis, estimularam um grupo de 144¹³ artistas e intelectuais residentes na Bahia, a publicar no Jornal A TARDE de 13 de Novembro de 1986, dois dias antes das eleições, o texto transcrito abaixo em sua íntegra:

Pelo Resgate da Cultura na Bahia.

Ao Povo Baiano

Intelectuais e artistas residentes na Bahia vêm publicamente manifestar seu decidido apoio a WALDIR PIRES, eminente homem público e candidato a governador da Bahia.

Com uma vida marcada pela fidelidade aos princípios democráticos. Waldir expressa, por sua integridade moral, sua comprovada competência administrativa e sua identificação com os ideais de justiça social, os anseios de desenvolvimento político e econômico do povo baiano, no reencontro com os mais altos valores da cultura de nossa gente e de nosso tempo.

Waldir Pires no governo é a reintegração da Bahia na posse de si mesma¹⁴.

A proposta da mudança de governo, todo o apoio alcançado e a conjuntura política do momento proporcionaram uma ampla vitória à Waldir Pires. A bandeira da mudança contagiou os baianos e o triunfo da coligação “A Bahia Vai Mudar”, alcançou a marca histórica de 60,3 %¹⁵ dos votos em todo o estado e 76%¹⁶ na capital.

¹² Idem

¹³ Algumas pessoas que assinaram o texto: Ângela Fialho; Antônio Risério; Bel Borba; Bule Bule; Carlinhos Cor das Águas; Edgar Navarro; Fábio Paes; Florisvaldo Matos; Gerônimo; Jorge Portugal; Juarez Paraizo; Luiz Marfuz; Mabel Velloso; Márcio Meireles; Maria Eugenia Millet; Naomar de Almeida Filho; Ordep Serra; Othon Jambreiro; Pedro Agostinho da Silva; Renato da Silveira; Rui César; Rui Espinheira; Tuna Espinheira; Tuzé de Abreu; Umbelino Brasil; Wally Salomão e Xangai.

¹⁴ A TARDE, Salvador, p7, 13 nov. 1986

¹⁵ A TARDE, Salvador, capa, 23 nov. 1986.

¹⁶ Idem

Eleições 1986		
Candidato	%	Votos
Waldir Pires	60,3	1.630.441
Josaphat Marinho	26,0	703.373
Branços/ Nulos / Outros	13,7	319.732

A conjuntura econômica daquele momento também favoreceu o candidato Waldir Pires. Naquela eleição de 1986, o PMDB, partido de Waldir e do presidente José Sarney, venceu as eleições para governador em 22 dos 23 estados da nação. A onda pmdbista foi analisada como um reflexo dos efeitos positivos do Plano Cruzado, lançado por Sarney no início daquele ano. Naquele momento, o Cruzado ainda conseguia controlar os índices inflacionários e aumentava o poder de consumo da população brasileira.

Uma visita ao Brasil da época.

A fase dourada do Plano Cruzado não durou muito. Nos anos que seguiram tanto no governo José Sarney (1985 – 1990), quanto no governo de Fernando Collor (PRN) (1990 -1992), o país vivenciou momentos conturbados nos cenários político e econômico. Conjunturas que acarretavam reflexos nas políticas culturais adotadas pelo governo federal.

O país tinha ido às ruas pedir eleições direta para presidente, mas tivera de se contentar em “torcer” para um candidato na votação através do Colégio Eleitoral. Tancredo Neves (PMDB) se apresentava como nome preferido da população e representava as oposições ao regime militar. O candidato articulou uma composição política com os setores descontentes do PDS¹⁷. Assim, Tancredo vence as eleições para Paulo Maluf no Colégio, mas falece antes de tomar posse. A morte do presidente eleito gera grande comoção no país e um novo sentimento de frustração tal qual o do movimento pelas “Diretas Já”.

¹⁷ O PDS era o herdeiro político da ARENA (Aliança Revolucionária Nacional) – partido de apoio ao regime militar – e em sua convenção escolheu Paulo Maluf como candidato do partido à Presidência da República. Descontentes com a derrota de Mario Andreazza na convenção, um grupo liderado por Jorge Bonhause, ACM, entre outros, rompe com o partido e vai apoiar o PMDB de Tancredo – antigo MDB, partido da oposição consentida aos militares – surgindo assim o PFL.

O vice José Sarney assume o governo e monta o Ministério planejado por Tancredo. A equipe é formada por quadros de partidos adversários como PMDB e PFL, figurando nomes como Waldir Pires no Ministério da Previdência¹⁸ e Antônio Carlos Magalhães nas Comunicações. Sarney consegue aumentar seu mandato de quatro para cinco anos no congresso, mas não faz um governo que agrade ao país e também não consegue apresentar um candidato como seu sucessor natural.

Escândalos de corrupção ocorridos em vários segmentos da administração pública brasileira denigrem a imagem dos políticos. A classe estava desacreditada e a população é então seduzida pelo discurso do “caçador de marajás”¹⁹, Fernando Collor de Melo (PRN). Collor vence as eleições de 1989 e é o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o regime militar. Três anos mais tarde seria também o primeiro da história republicana a sofrer um processo de *impeachment*.

Os rumos políticos já se mostravam difíceis para o país e tão ruins foram ficando os econômicos. O Plano Cruzado lançado por Sarney, no início do seu mandato, conseguiu alguns resultados no curto prazo, servindo inclusive de cabo eleitoral, para eleger governadores de seu partido em 1986. No entanto, no decorrer do governo, o presidente não conseguiu manter a estabilidade econômica do país detentor da oitava posição na economia mundial da época.

De tal forma a inflação alcançou índices alarmantes que passavam dos 80% ao mês e o poder aquisitivo da população era drasticamente reduzido. Com o fracasso do Cruzado, Sarney lançou o Cruzado II, o Plano Bresser, o Plano Verão e outras medidas e pacotes econômicos que previam cortes nos investimentos públicos e só serviam como paliativos. Quando Fernando Collor assumiu o governo, uma de suas primeiras atitudes foi confiscar as cadernetas de poupança em todo o país. A medida era integrante do Plano Collor I, que

¹⁸ O exercício desta função também contribuiu para a eleição de Waldir Pires na Bahia. Como resultado de sua passagem pelo Ministério, Waldir apresentava à população o fato de ter zerado o déficit previdenciário.

¹⁹ Fernando Collor era Governador de Alagoas e ganhou notoriedade no país encampando discursos contra a corrupção, sobretudo às pessoas que tiravam proveitos às expensas do dinheiro público, denominados por ele de “marajás”.

visava diminuir o consumo para reduzir a inflação, mas também só foi eficiente durante um curto período de tempo.

Data deste mesmo período, entre o governo Sarney e primeiro ano da gestão Collor, a criação e depois a extinção do Minc (Ministério da Cultura). A instituição do Ministério era uma antiga demanda e figurava entre os temas mais recorrentes, nas reuniões do Fórum Nacional de Cultura²⁰, criado em 1983. Muitos acreditavam que ao estabelecimento de um órgão ministerial no lugar de uma Secretária de Cultura ligada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), “carrearia maiores recursos para área, além de lhe dar um estatuto de prioridade política governamental”²¹. No entanto, em seus primeiros anos de criação o Minc teve um funcionamento instável.

O novo ministério não conseguia se firmar como principal condutor das políticas públicas de cultura, diante de órgãos mais antigos que ficaram sob a sua estrutura administrativa, a exemplo da Funarte e do IPHAN. A própria organização e direção do Ministério eram inconstantes. Nos cinco anos do governo Sarney, o Minc teve cinco gestões, com quatro gestores diferentes à sua frente²².

Quando é iniciado o governo Fernando Collor, o Minc, assim como outros organismos culturais, a exemplo da Funarte e da Embrafilme, é extinto. O presidente também reduziu em 36% o quadro de funcionários federais na área da cultura. No lugar do Ministério, Collor criou a Secretária da Cultura, órgão diretamente ligado ao gabinete presidencial. Tais atos combinavam com a idéia do estado mínimo, preconizada por aquele governo. A justificativa era dinamizar a administração pública, acabando com tudo aquilo ao que chamavam de “aparatos burocráticos”²³.

²⁰ Encontro de Secretários e representantes dos órgãos de cultura de diversos estados brasileiros

²¹ BOTELHO, Isaura. Romance de Formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2001.

²² Os mandatos foram na seguinte ordem: José Aparecido, Aloísio Pimenta, Celso Frutado, Hugo Napoleão (assumindo interinamente, ao tempo que também era Ministro da Educação) e novamente José Aparecido.

²³ Sobre a criação do Minc pelo governo Sarney, Ipojuca Pontes, Secretário da Cultura no governo Collor, diz que: “O que parecia, na área cultural, um espaço institucional já saturado, transbordou com o início da Nova República. O governo corou a pirâmide impondo a criação do Ministério da Cultura, que por sua gerou novos aparatos burocráticos”.

Outro marco do período para o seguimento cultural é a criação de uma lei federal de incentivo a cultura. Trata-se da Lei 7.505, de 02 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney. Na condição de presidente, Sarney conseguiu institucionalizar a Lei, oriunda de um projeto de sua autoria, desde 1975, quando ele era Senador. A medida inaugura um novo comportamento nos setores culturais. Com mecanismos de doação que previam até 100% de isenção no valor do imposto devido, a Lei acabava por transferir decisões de investimentos culturais para os departamentos de marketing das empresas. No segundo ano do governo Collor, a Lei Sarney foi extinta, dando-se a Lei Rouanet²⁴.

De volta à Bahia.

A Bahia neste período sofreu com as dificuldades em que vivia o país. Os índices econômicos baianos repercutiam os nacionais. Na sua mensagem à Assembléia Legislativa para a abertura dos trabalhos do ano de 1988, o então governador Waldir Pires referiu-se ao ano de 1987 da seguinte forma: “Em nosso estado, os reflexos da conjuntura nacional, inflacionária e recessiva, conjungaram-se os efeitos, ao longo de todo ano, da seca generalizada no solo baiano e do racionamento de energia”²⁵.

A relação política entre o governo da Bahia e a administração federal ficava cada vez mais distante. Na abertura do ano Legislativo de 1989, Waldir Pires já se queixava de uma “política de retaliação adotada pelo governo da União” com relação ao Estado. O lamento reforçava a visão de que Waldir, mesmo tendo sido Ministro da Previdência do governo e membro do mesmo partido de Sarney, não gozava de prestígio político junto ao presidente. Situação contrária vivia ACM, adversário político local de Waldir e Ministro das Comunicações, no Governo Federal.

²⁴ A Lei 8.313 é de 23 de Dezembro de 1991. Período que na mais compreende os governos baianos analisados neste texto. O mecanismo ficou conhecido como Lei Rouanet, em homenagem ao intelectual, Sérgio Paulo Rouanet, titular da Secretária de Cultura da Presidência da República, quando da outorga do mesmo.

²⁵ BAHIA, Governador, 1987 (Waldir Pires)

O cenário sócio político era instável no período. Aconteceram diversas greves de servidores estaduais e ocorreu uma onda de assaltos a banco na capital e no interior do estado. Em maio de 1989, Waldir Pires renunciou ao governo da Bahia para candidatar-se à vice-presidência da República na chapa encabeçada por Ulisses Guimarães (PMDB), nas eleições presidenciais de novembro daquele mesmo ano.

No lugar de Waldir, assume o vice Nilo Coelho. Em seu currículo político Nilo trazia os cargos de vereador e prefeito da sua cidade natal, Guanambi, e também o posto de presidente da UPB - União dos Prefeitos da Bahia. Nilo Coelho assume o governo lembrando a parceria entre ele e seu antecessor, afirmando que “assumi os compromissos do Plano Estratégico de Ação, elaborado durante o governo Waldir Pires”²⁶, no entanto, acrescenta que “era natural e mesmo inevitável que se manifestassem as diferenças no estilo pessoal de governar”²⁷.

As diferentes relações de posicionamentos entre Nilo Coelho e Waldir Pires já haviam sido assinaladas no segundo turno das eleições presidências de 1989. Em rota diferente de Waldir, que apoiou o candidato Lula da Silva (PT), o recém empossado governador, manifestara solidariedade à candidatura do presidenciável Fernando Collor de Melo.

O apóio do então Governador Nilo Coelho a Fernando Collor rendeu esperanças ao governante baiano. Nilo acreditava na possibilidade do novo presidente dedicar maior atenção à Bahia. No entanto, em seu último relatório de governo, Nilo Coelho destacava que “a Bahia, duramente discriminada ao longo de todo o governo José Sarney, tampouco recebeu favores ou benesses da União, neste primeiro ano do Governo Collor”²⁸.

Na seqüência de suas palavras, Nilo Coelho aliviou o tom discurso. O governador então relatava que em 1990, último ano do seu governo e primeiro do presidente Collor, “não houve ação discriminatória, mas tão somente o

²⁶ BAHIA, Governador, 1989 (Nilo Coelho)

²⁷ Idem

²⁸ BAHIA, Governador 1990 (Nilo Coelho)

efeito da violenta contenção de despesas praticadas governo”. Depois, complementou dizendo que, “apesar de sérios problemas do presente, permanece a minha confiança no Plano Collor e na competência de sua equipe econômica em administrá-lo”²⁹.

A leitura das mensagens de abertura dos trabalhos legislativos de Waldir Pires e Nilo Coelho sinaliza para o diferente nível de atenção que cada um deles dispensava ao segmento cultural. Waldir aborda a questão da cultura, tanto na mensagem de 1988, quanto em 1989, descrevendo algumas ações do seu mandato. Nos relatórios de 1990 e 1991, referentes a gestão Nilo, a cultura quase não é apontada. A descrição do fechamento do TCA, com a transferência de suas atividades para o Centro de Convenções, é descrito no âmbito do turismo.

O episódio da renúncia de Waldir provoca então a saída de grande parte dos dirigentes dos organismos estaduais de cultura. Assim a descontinuidade vai marcar o período, provocando de tal maneira a interrupção dos projetos que vinham tendo andamento e não efetivação ou consolidação de órgão que haviam sido criados naquele governo, para trabalhar as questões referentes à cultura.

A Secretária Estadual de Cultura

O governo Waldir Pires promoveu uma reforma administrativa com a Lei 4697 de 15 de julho de 1987. Nela estava prevista a criação da SEC – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. O novo órgão foi criado com a proposta de “preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais”³⁰. O surgimento deste órgão visava ainda, proporcionar autonomia ao segmento da cultura, antes veiculado à função educação, além de abrir um canal mais direto de entendimento com o recém criado Ministério da Cultura – Minc³¹.

²⁹ Idem

³⁰ GOVERNO DA BAHIA, Relatório de 1987, p105.

³¹ Idem

Para dirigir a Secretaria de Cultura foi escolhido José Carlos Capinam. Pessoa do meio cultural, sendo poeta e compositor, Capinam integrou o movimento Tropicalista e foi um dos dirigentes do CPC (Centro Popular de Cultura) Baiano. A sua formação acadêmica é em psiquiatria, mas também foi estudante de Direito e Teatro na Universidade Federal da Bahia. Assim como o Secretário, diversos outros dirigentes de órgão no Governo Waldir Pires, eram pessoas conhecidas no meio cultural e intelectual.

A estrutura da Secretaria de Cultura foi baseada em organismos pré-existentes, a saber: A Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBA), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a Fundação Pedro Calmon. A reforma criou novos departamentos e reordenou o caráter administrativo de outros organismos, de acordo com a tabela abaixo:

ÓRGÃO	Situação	
	Antes da Reforma	Depois da Reforma
DIAR		Criado
DEPAB		Criado
SAAC		Criado
DEPAM	Integrante da FCBA	Integrante a SEC
TCA	Integrante da FCBA	Autonomia adm/fiançeira

Os novos organismos tinham funções específicas. O DIAR (Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas) foi o órgão responsável pela realização de políticas para as diversas regiões do Estado. Dentro de sua estrutura, existia a Coordenação de Levantamento e Elaboração das Ações Regionalizadas (CLEAR), responsável pela elaboração de projetos³² e seminários e Feiras de Artesanato e Arte Popular que foram realizados no interior, em parceria com Prefeituras, entidades e comerciantes locais.

³² Entre os projetos descritos estão: Pindorama, referente à memória do descobrimento; Lutas Rezas e Cantares, visando documentar e exibir na forma discos e albuns fotográficos, as manifestações populares do interior; Mambeando, intercâmbios de produtos culturais em outros municípios; e Barca da Cultura, destinado às populações ribeirinhas. Entretanto a leitura dos relatórios não deixa claro se estes projetos foram executados.

Embora tenha um foco para a regionalização, é possível perceber, através da leitura de documentos da época, que o DIAR teve uma produção bastante aproximada das questões étnicas. Como exemplo a realização de Mostras Cinematográficas, discutindo “O Negro no Cinema Cubano, Angolano e Moçambicano”, e uma exposição com debates e intervenções artísticas, com o tema da “Influência da Cultura Africana nas Artes Visuais”. Este perfil do departamento é refletido pelo seu diretor, Zulu Araújo, pessoa ligada ao movimento negro.

A Superintendência de Apoio as Ações Culturais (SAAC) foi criada visando “prestar apoio institucional às ações culturais, bem como promover a elaboração de estudos, atuando nas áreas de modernização administrativa, espaços culturais, estudos e pesquisas” (Bahia, 1987 p113). O trabalho desenvolvido por esta superintendência foi a elaboração de convênios e projetos para a recuperação de equipamentos culturais.

Alguns convênios para restauração de equipamentos estão descritos nos relatórios do governo. Entre eles, o Projeto Integrado de Revitalização do Passeio Público, os dos Cines-Teatro da Região Metropolitana³³ e o da recuperação do Liceu de Artes e Ofícios. Para a efetivação das obras a Superintendência buscava recursos no Tesouro do Estado e em instituições como o Minc e a Sucab (Superintendência de Construções Administrativas da Bahia). A programação dos cines-teatro era garantida através de parcerias com terceiros, como a COPENE (Companhia Petroquímica do Nordeste) e a Fundação do Cinema Brasileiro.

A principal bandeira para a criação do Departamento de Bibliotecas (DEPAB) foi a democratização do acesso ao livro. Criou-se então o Sistema Estadual de Bibliotecas, desenvolvendo ações de diagnósticos em trinta e três bibliotecas municipais do interior e reativação de outras três em Morro do Chapéu, Macaúbas e Maíri. Na capital, foi adquirido acervo e realizado cursos de reativação do pessoal para a Biblioteca Monteiro Lobato, Anísio Teixeira, Juracy Magalhães Júnior e Biblioteca Central.

³³ Lauro de Freitas, Alagados e Plataforma.

Em entrevista para a Revista da Bahia, na edição de março de 1988, Capinam afirma que a Biblioteca Pública de Salvador estava sem funcionamento e quando chegou lá encontrou 60 mil livros no chão. Ainda no mesmo depoimento, o então secretário faz uma alusão ao regime anterior (Governo dos Militares 1964) e aos seus representantes na Bahia, avaliando existir “uma política contra o livro”, pois, “projeto do passado não afinava, os livros estavam proibidos”³⁴.

Outro órgão a funcionar vinculado diretamente à estrutura da SEC foi o Departamento de Museus (DEPAM). Entre as ações do órgão, consta a recuperação de unidades museológicas. No exercício, foi também desenvolvido o projeto Museu Escola. O trabalho desenvolvido neste programa teve a intenção incentivar as visitas aos museus. Funcionando com maior ênfase capital, quase sem acontecer no interior, foram realizadas visitas de museólogos às escolas e dos alunos aos museus.

Com a posse de Nilo Coelho no governo da Bahia, a Secretaria de Cultura sofreu modificações estruturais devido a reforma administrativa promovida pelo Estado. Joir da Silva Martins Brasileiro assumiu interinamente a SEC, até migrar para a pasta da Educação. Na continuidade, tomou posse Oswaldo Teixeira de Almeida, acumulando também a função de Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

Através da Lei 5.121/89, reguladora da reforma administrativa no Estado, o novo governante extinguiu alguns órgãos e criou outros na Secretária Estadual de Cultura.

Órgãos	
Extintos	Criados
SAAC	DEPEC
DIAR	CODEC
	SIC

³⁴ ENTREVISTA: “Capinam Gil eternos parceiros”. REVISTA DA BAHIA, nº 8, março de 1988, p 16.

Como justificativa para a extinção da SAAC e do DIAR, governo alegou superposição de funções com outros órgãos já existentes. Os instrumentos criados pela gestão Nilo Coelho foram a Coordenação de Desenvolvimento Cultural (CODEC), o Departamento de Equipamentos Culturais (DEPEC) e o Sistema de Informações Culturais (SIC).

O DEPEC visava centralizar a administração dos espaços culturais. Entre eles, os Centros de Cultura do interior (Alagoinhas, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Porto Seguro, Valença e Vitória da Conquista) e os cines-teatros da Região Metropolitana de Salvador – RMS (Solar Boa Vista, Miguel Santana, Plataforma, Alagados e Lauro de Freitas). O departamento, junto a outros órgãos do segmento cultural, realizavam atividades nestes espaços.

A CODEC atuou em identificação de manifestações, instituições e necessidades culturais dos municípios baianos e também realizou seminários e debates com vistas a discutir a temática da cultura no estado. Das realizações deste órgão, destaca-se a terceira reunião do Fórum Estadual de Cultura, evento que contou com a participação de representantes culturais de 22 municípios baianos. A iniciativa do Fórum, demonstrava um sentido de maior interlocução com o interior do estado, porém, assim como o governo a iniciativa não teve continuidade.

Este mesmo destino teve o SIC. Criado em 1989 o sistema previa acompanhar as ações dos outros órgãos da Secretaria, com vistas a trabalhar na elaboração de diagnósticos das necessidades e disponibilidades de informações, criando também uma espécie de banco de dados do atores da cultura na Bahia. No entanto o projeto não chegou a funcionar a contento.

Memória e Patrimônio

O governo do Estado possuía três organismos para cuidar diretamente das questões relativas a memória e patrimônio. O Arquivo Público do Estado

da Bahia (APEB), A Fundação Pedro Calmon e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). Os dois primeiros com práticas mais direcionadas a documentação, pesquisas bibliográficas e cursos relacionados a objetos e acontecimentos históricos da Bahia. O IPAC respondia pelas questões referentes ao patrimônio tangível e intangível.

O Arquivo Público prestou serviço de assessoramento técnico aos setores de documentação dos órgãos públicos e atuou em pesquisas históricas. Publicou o primeiro tomo do “Guia de Fontes para a História da Escravidão Negra na Bahia”, avaliou acervos dos arquivos públicos das cidades de Cachoeira e Rio de Contas e, entre outras atividades, estabeleceu convenio com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para a implantação do curso de Arquivologia.

A Fundação Pedro Calmon (Centro de Memória Viva da Bahia) havia sido criada em 1985, ainda no governo João Durval, mas só veio a ser implantada na gestão de Waldir Pires, em 1987. Entre as atividades desenvolvidas no período há o curso sobre a Sabinada, celebrando 150 anos da revolta; o seminário “O Ciclo do Cangaço” e o concurso de monografias sobre a vida de J. J. Seabra, governador da Bahia nas primeiras décadas do século XX.

O IPAC, como organismo diretamente ligado às questões do patrimônio, era o órgão da Secretária de Cultura responsável por capitanear o “Plano de Desenvolvimento Social do Centro Histórico de Salvador”. A iniciativa previa a “melhoria das condições de vida da comunidade³⁵” daquela área. O plano aborda uma lista de dezessete compromissos básicos, nas mais diferentes áreas como saúde, emprego, renda, educação, higiene, segurança e moradia, até a restauração arquitetônica do centro histórico partindo da seguinte concepção:

O Plano de Desenvolvimento Social é concebido como um conjunto integrado de intervenções governamentais com vistas ao

³⁵ PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR – COMPROMISSOS BÁSICOS. Documento publicado pelo governo da Bahia, Waldir Pires, texto de apresentação – sem data.

atendimento imediato à população residente e aos usuários da área central de Salvador, enquanto se processa, de forma gradual, a restauração física do conjunto arquitetônico³⁶.

Tendo a Secretária da Cultura a frente do projeto, o plano evidencia o papel transversal da cultura. A iniciativa deixa transparecer que havia por parte do governo, o pensamento de que uma ação a se desenvolvida no centro histórico partia do entendimento da “centralidade da cultura em todos os processo vitais: da moradia a segurança alimentar, da educação ao processos participativos, do transporte aos valores de convivência pacífica³⁷”.

Com intuito de efetivar o plano, que envolvia variadas áreas de interesse, o governo buscou mobilizar dez Secretarias de Estado³⁸. Todas elas iriam atuar em prol do desenvolvimento social do centro histórico, visto na época, como uma zona degradada, uma espécie de “gueto”, com altos índices de violência e prostituição.

Apesar do estado de degradação, na década de 1980, começava a ganhar força no Centro Histórico de Salvador, mais especificamente no pelourinho, uma forte movimentação cultural. Eventos como as “Terças-feiras da Benção do Senhor”, na Igreja de São Francisco; os ensaios dos Blocos afros e os muitos bares da região agitavam a noite. Reportagem do jornal A TARDE de dia 30 de julho de 1987, dá destaque aos acontecimentos daquela área urbana.

“O Pelourinho, no domingo à noite, embora com iluminação bastante precária, é só alegria e descontração, semelhante as “festas de largo” que acontecem no verão. Sem qualquer exagero, há domingos em que o número de participantes ultrapassa mais de 2000 pessoas, entre rapazes e moças. (...) O estudante do Curso Direito da Universidade Católica de Salvador, João Jorge Rodrigues, Diretor de Cultura do Olodum, diz que tudo teve início em 1979, ano de fundação do Bloco. “(...) Nossa proposta é trazer para o Pelourinho, pessoas de outros locais, objetivando acabar com a fama de marginalidade que essa que essa área tem”³⁹.

³⁶ Idem p, 9.

³⁷ FARIA, Hamilton. Cultura e governança, In: *Pólis*. São Paulo, (11) p 26.

³⁸ Compunham o plano, além da Secretaria de Cultura, através do IPAC, as Secretárias do: Planejamento, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano, Educação, Justiça e Direitos Humanos, Saúde, Segurança Pública, Trabalho e a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, além do Movimento e Ação Integrada Social – MAIS.

³⁹ A TARDE, Salvador, Caderno 2, 30 jul. 1987. “Nas ladeiras do Pelô”, Hamilton Vieira.

Data de meados deste período as re-configurações do movimento samba-reggae, do ijexá, e de outros ritmos baianos, que deram origem ao que, mais tarde, veio a ser chamado de *axé-music*.

Foi em meio a esta movimentação cultural que o IPAC começou a executar algumas obras de restauração arquitetônica do Centro Histórico. O professor Ordep Serra, diretor do IPAC na época, destaca as restaurações. “No curto período em que lá passei, muitos imóveis foram restaurados dignamente, sem expulsar ninguém”⁴⁰. Os relatórios do governo apontam um total de vinte e sete intervenções entre trabalhos de reforma e conservação de imóveis, entre eles, o Palacete Ferraro e a Ordem Terceira de São Francisco.

No que diz respeito ao patrimônio intangível, o IPAC realizou alguns trabalhos de pesquisa e publicação de obras. O projeto “Vaqueiros: Vivências e Mitologias”, resultando na publicação de dois livros sobre o tema; o “Mar – Mapeamento de Sítios e Monumentos Negros do Recôncavo” e “Quilombo”. Estes dois últimos visavam recuperar a herança das comunidades negras na zona rural da Bahia. Apesar de ter sido projetos pioneiros, não chegaram a ser concluído, antes do fim do governo, ficando apenas na fase da pesquisa.

A gestão do IPAC teve forte ligação com as manifestações da cultura negra e especificamente o Candomblé. Ligação refletida até mesmo pela participação de um Ogã, Antônio Hermelo Pereira, no *staff* da Secretária de Cultura, contribuindo para elaborar uma política de aproximação entre o Estado e os Terreiros de Candomblé. Aconteceram trabalhos de restauração do Terreiro da Casa Branca e da Praça de Oxum, com o governo intervindo até para a remoção de um posto de gasolina que havia na área. O governo apoiava o e realizava reuniões, eventos e congressos. Na avaliação do professor Ordep Serra, “as relações com o povo de santo, eram as melhores possíveis”⁴¹.

⁴⁰ SERRA, Ordep. Ordep Serra: depoimento [mai 2006]. Entrevistador: R. Martins. Salvador: Sala do Departamento de Antropologia – Campus de São Lazaro – Universidade Federal da Bahia (UFBA). 1 cassete sonoro (60 min). Entrevista concedida para este texto.

⁴¹ Entrevista citada.

Como medidas administrativas o IPAC também reabriu a representação regional na cidade de Cachoeira. Ainda foram realizados estudos para implantação de escritórios em Faria de Feira de Santana e Rio de Contas, que não chegaram a ser executadas. Com a renúncia de Waldir Pires, Ordep Serra saiu do IPAC para assumir a Fundação Cultural, ocupando a vaga deixada por Florisvaldo Matos. Márcia Santana, então foi nomeada para assumir o IPAC.

A Fundação Cultural se transforma em Fundação das Artes

A Fundação Cultural do Estado (FCEBA) foi criada na década de 1970⁴². Até a criação da Secretaria de Cultura, já no quinto mês do governo Waldir, a Fundação funcionou como principal órgão cultural do estado. O caráter pioneiro possibilitou *status* de referência e consolidação para a Instituição. Este fato gerou dúvidas quanto ao entrosamento dos órgãos na execução das políticas públicas de cultura.

O próprio José Carlos Capinam, Secretário da Cultura e presidente da FCEBA até a institucionalização da Secretaria, confessou o cenário de incerteza da época. De acordo com o Secretário, os membros da Fundação tinham receio de que o antigo órgão fosse extinto. Possibilidade que, segundo o próprio Capinam, chegou a existir⁴³. Dida Santiago, chefe de Gabinete da Secretaria, acredita que só não houve maiores entraves na condução dos trabalhos, devido a proximidade entre Capinam e Florisvaldo Matos, presidente da Fundação⁴⁴.

Florisvaldo Matos também faz uma avaliação crítica acerca do relacionamento daqueles organismos. Ele afirma que “a fundação tinha muito mais prestígio que a Secretaria, esse era o grande problema, um prestígio

⁴² Sobre a o surgimento da Fundação Cultural ver texto de Sara Uchoa Políticas Culturais na Bahia de 1964 a 1987.

⁴³ FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Memória da cultura – 30 anos da fundação cultural do estado da Bahia, p 59.

⁴⁴ SANTIAGO, Eduardo. **Eduardo Santiago**: depoimento [jan 2006]. Entrevistador: R. Martins. Salvador: Playground do prédio do entrevistado. 1 cassete sonoro (80 min). Entrevista concedida para este texto.

representado por história e realizações.⁴⁵” A escritora Miriam Fraga acredita que a Fundação “continuava a ter maior peso que a Secretária⁴⁶”. E Geraldo Machado, presidente da Fundação nos anos 1970, considera que a Secretária foi fruto de um ato político, portanto era “sem história, sem práticas, sem massa crítica, sem quadros e orçamento”⁴⁷.

A situação remete ao quadro vivido no momento de criação do Ministério da Cultura e o seu relacionamento, com a estrutura de governo na área cultural já existente, a exemplo da FUNART. Estes exemplos reforçam a idéia de que, para o bom funcionamento de uma política cultural, os organismos responsáveis por ela devem ter o seu papel e o local de execução estrategicamente delimitado. Diante da aparente indefinição de delimitação, a Fundação foi passando aos poucos por uma reforma administrativa, que veio a ser concluída quando Ordep Serra foi para a diretoria do órgão, já no governo Nilo Coelho. Neste momento a FCEBA foi convertida em Fundação das Artes (Fundart).

“Quando a gente colocou “Fundação das Artes” a idéia era investir, sobretudo, no fomento das linguagens criativas. Havia uma Secretaria da Cultura. Então a secretaria respondia pelo conjunto das ações culturais. Se você tivesse uma Secretária da Cultura e uma Fundação Cultural, haveria uma espécie superposição de funções que podia não funcionar bem. Então se procurou dá uma vocação bem mais específica a antiga Fundação. Todo investimento em linguagens criativas, linguagens artísticas, na produção simbólica deste tipo, ficaria com a Fundação das Artes. O planejamento da política cultural geral passaria a ser feito, obviamente, pela Secretária.”⁴⁸

Na Fundação das Artes havia uma subdivisão em gerências, visando contemplar algumas linguagens artísticas. Eram elas: Literatura, Artes Plásticas, Artes Cênicas e Imagem e Som. Ordep continuou dirigindo a Fundação até janeiro de 1990, depois assumiu o cargo, o jornalista Walfrido Moraes, permanecendo até o final do governo Nilo Coelho.

⁴⁵ FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Memória da cultura – 30 anos da fundação cultural do estado da Bahia, p 61

⁴⁶ FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Memória da cultura – 30 anos da fundação cultural do estado da Bahia, p 64

⁴⁷ FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Memória da cultura – 30 anos da fundação cultural do estado da Bahia, p 61

⁴⁸ SERRA, Ordep. Entrevista citada.

Antes da conversão em Fundação das Artes, o órgão tinha algumas atuações fora do quadro das linguagens artísticas. Entre elas a gestão dos Centros de Cultura do interior, com a restauração de alguns deles e a conclusão de obras de outros, como foi o caso do Centro de Cultura Amélio Amorim em Faria de Santana. O órgão também tratou de desenvolver diagnósticos do seu campo de recursos humanos e trabalhou questões de difusão cultural.

As atividades de difusão estiveram focadas em diversos segmentos artísticos. Nas artes plásticas foram realizadas exposições, oficinas com base no cadastro de artistas junto aos Centros Culturais do interior, entre outras atividades. No campo do audiovisual foram realizadas exposição fotográfica e trabalhou-se a questão da recuperação da Sala Walter da Silveira. Na Walter foram exibidos filmes e realizaram-se eventos como o comemorativo de 90 anos do cinema. Na área da música, aconteceram concertos, oficinas em algumas cidades do interior, cadastro de 52 Filarmônicas e shows no Teatro do Irdeb.

Apesar do quadro descrito acima, a leitura dos relatórios de governo, comparando o período da gestão Waldir Pires e do mandato de Nilo Coelho, percebe-se uma queda do ritmo destas realizações, no segundo governo.

Ascensão e queda - o Teatro Castro Alves (TCA).

O Teatro Castro Alves (TCA) foi retirado da estrutura da FCEBA e transformado em órgão de regime especial de governo. O TCA tinha a responsabilidade pela reativação e programação das atividades da Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA), do Núcleo de Extensão Castro Alves/Comunidade, do Balé Teatro Castro Alves (BTCA) e do Núcleo de Produção Cênica – Usina.

No governo Waldir Pires, A OSBA (Orquestra Sinfônica da Bahia) apresentou 26 concertos e realizou concurso público para o preenchimento de 55 vagas. O Bale TCA remontou três coreografias e realizou três temporadas

no interior do estado, três cursos e participou do Carlton Dance Festival, no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, ao lado de companhias internacionais. O Núcleo de Extensão, implantado no governo Waldir, realizou 32 cursos/oficinas para artistas e técnicos locais. Além disto, foram promovidos 120 eventos com debates, apresentações artísticas e ensaios abertos.

A programação do TCA contou com a apresentação de grupos internacionais como o Balé Folclórico do Senegal, Balé de Angola, da David Parsus Company, do Festival de Marionetes da França e do guitarrista americano Stanly Jordan. A sala voltou-se para o teatro baiano, selecionando através de concurso público seis espetáculos para temporadas. O “foyer” destinou-se a exposições como a “Restrospectiva Glauber Rocha”, e eventos a exemplo do relançamento da Revista da Bahia.

Apesar de seguir uma programação cultural, o Teatro funcionava com a estrutura comprometida. As “pequenas reformas” como a reparo dos motores de aeração dos camarins e da sala de ensaio, não foram suficientes para evitar o fechamento do Teatro que acabou acontecendo no final do governo.

Um dos maiores problemas que nós tivemos na Secretaria foi exatamente o fechamento do teatro. O Teatro se degradou completamente. O investimento a ser feito na reforma era muito grande e infelizmente nós não conseguimos, junto ao governo, mostrar a importância disso. Mesmo num governo provido de recursos, etc, etc... Infelizmente acho que Waldir e seu governo não conseguiram entender a importância que tem cultura na Bahia.⁴⁹

Com o fechamento das instalações do TCA, o funcionamento da programação artística do mesmo foi transferido para o Salão Iemanjá do Centro de Convenções. Já a Concha Acústica, do Teatro Castro Alves, teve sorte diferente do restante do complexo. As instalações da Concha foram completamente reformadas, ampliadas e re-inauguradas, após sete anos em que o espaço cultural esteve fechado.

⁴⁹ SANTIAGO, Eduardo. **Eduardo Santiago**: depoimento [jan 2006]. Entrevistador: R. Martins. Salvador: Playground do prédio do entrevistado. 1 cassete sonoro (80 min). Entrevista concedida para este texto.

O fim da possibilidade sonhada

A renúncia de Waldir Pires, em maio de 1989, provocou a saída de muitas pessoas do governo. Quadros que ocupavam cargos de chefia e de confiança, foram aos poucos deixando a Secretaria de Cultura, inclusive o próprio Secretário, José Carlos Capinam. A posse de Nilo Coelho, trouxe novos gestores para os órgãos que, diferente do governo anterior, alguns deles não eram pessoas de tradição no meio cultural.

Os governos Waldir Pires e Nilo Colho, compreenderam um período de apenas quatro anos, divididos em dois mandatos e com dois momentos distintos da política cultural. Aliado às turbulências econômicas e políticas da época, este curto espaço de tempo, não foi o suficiente para a adequação de um projeto pleno de política cultural, cujos resultados possam atender aos anseios de uma máquina estatal grande e com inúmeras demandas culturais e sociais, como no Estado da Bahia.

As carências sentidas no segmento cultural refletiram em ansiedade, esperanças acumuladas por boa parte do meio artístico e intelectual baiano, motivados com a ascensão de Waldir ao executivo. A vitória naquela eleição significava não somente a perspectiva de uma mudança de partido à frente do governo, mas a expectativa da chegada de uma visão de administração pública diferenciada da que era exercida anteriormente. No entanto, os sonhos foram frustrados com a renúncia do governador e a conseqüente saída de sua equipe de governo.

Nilo assume e o tom ideológico diferenciado vai refletir também nas ações culturais a ser desenvolvidas pelo Estado. Do início até o final do governo de Nilo, a movimentação em torno da cultura foi diminuindo em termos dos andamentos de projetos e das atividades culturais. Assim o governo foi definindo até chegar o seu fim. O simbolismo deste sentimento de frustração é o fechamento do Teatro Castro Alves.

Ao não executar a reforma do Teatro, o governo decepcionou não só a classe artística, mas toda a população baiana. E ainda ofereceu aos seus adversários políticos, um grande marco para as críticas àquela gestão. Na campanha televisiva da campanha eleitoral de 1990, as imagens da degradação do TCA estavam entre as mais recorrentes no programa de Antônio Carlos Magalhães, então candidato da oposição. Depois de vencer as eleições, ACM fez questão de abrir o Teatro para visita pública, no intuito de mostrar à população a decadência das instalações. Antônio Carlos fez da reforma do TCA, uma das mais propaladas obras do seu governo.

Ao fim dos governos Waldir e Nilo não mais cabiam os argumentos de que haviam encontrado o equipamento cultural danificado ou que simplesmente lhe faltavam verbas. A ausência de recursos é um problema recorrente na gestão de órgãos públicos de cultura, o sucesso dos gestores culturais está intimamente relacionado à sua capacidade de busca aos recursos externos. Assim como o governo conseguiu a reforma da Concha Acústica poderia ter tido sucesso também com o Teatro.

De tal forma, revelou-se um governo sem traquejo administrativo e político para gerenciar a condução de uma gestão pública em meio as recorrentes crises que aconteciam no país e eram refletidas na Bahia. O momento de quebra na rotina do poder na política pode então ser lembrado como a fase dos sonhos, dos projetos e da decepção.

A perspectiva da possibilidade de uma política cultural diferenciada do que vinha sendo praticada na Bahia já era vislumbrada pelas primeiras iniciativas do governo. Iniciativas como a formação do Fórum Estadual de Cultura, com a participação de representações interioranas, e a aproximação com setores sociais tradicionalmente discriminados naquele período como o movimento negro e as manifestações do candomblé, sinalizavam para a construção de uma política cultural voltada para a população baiana.

O caso apresentado reforça a noção de quanto o trabalho com Políticas Culturais demandam organização, tempo de execução e de como estão intimamente relacionadas aos contextos sociais e políticos. Demonstram ainda a necessidade dos seus gestores saber gerenciar conflitos e, sobretudo, administrar recursos, principalmente quando estes são escassos.

No governo Waldir, toda a vontade, as idéias, os projetos, e o grupo escolhido, não foram suficientes para dá fôlego a uma política bem sucedida na área de cultura. E além de tudo, a gestão que vinha sendo desenvolvida, com todas as suas dificuldades, foi abortada pela renúncia do governador e a não continuidade dos trabalhos por parte daquele que assumiu em seu lugar.

Bibliografia.

BAHIA, Relatório de governo. 1987, 1988, 1989 e 1990

BAHIA, Governo do Estado - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR – COMPROMISSOS BÁSICOS.

BOMFIM, Juarez Duarte. "Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador: o Caso do Parque Histórico do Pelourinho. Investigação de Originalidade Numa Ação de Governo Local". Escola de Administração/UFBA. Salvador, 1994. (Dissertação de Mestrado)

BOTELHO, Isaura. Romance de Formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2001.

FARIA, Hamilton. Cultura e governança, In: *Pólis*. São Paulo, (11)

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Memória da cultura – 30 anos da fundação cultural do estado da Bahia

KOPP e ALBINATE, Juliana e Mariana - Políticas Culturais Municipais – Salvador, Gestão Mario (1986 a 1988). CULT – UFBA. 2005.

POLÍTICAS CULTURAIS DE SALVADOR - NA GESTÃO MÁRIO KERTÉSZ (1986 A 1989) - VERSÃO PRELIMINAR, Juliana Borges Köpp e Mariana Luscher Albinati.

PONTES, Ipojuca. *Cultura e modernidade* . Brasília, Secretaria de Cultura, 1991.

PROPOSTA DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO PARA MUDAR A BAHIA.
PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil, Salvador, p. 36 jul/1986.

REVISTA DA BAHIA, nº 8, março de 1988. EGBA – Empresa Gráfica da Bahia.

SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN, Elizabeth e outros. *Cultura e desenvolvimento* . Rio de Janeiro, Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.